

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CORREIO BRAZILIENSE Contra a depressão

O otimismo que o presidente Collor pretende difundir em sua mensagem de fim de ano, em rede nacional de rádio e televisão, contrasta com recente previsão sua de que o sufoco recessivo só deverá terminar por volta de 1993. O próximo ano, assim, não traria motivos para comemorações. Como, pois, saudá-lo com otimismo? Só há um jeito: traduzir o que o Presidente entender por otimismo.

Segundo um de seus assessores, o otimismo de que fala o Presidente se traduz por uma visão construtiva da realidade. O objetivo central do discurso é exorcizar a depressão coletiva, que realimenta a crise e dificulta a vida de todos. O Presidente, diz o assessor, não pretende iludir a população com promessas de um futuro cor-de-rosa, muito menos a curto prazo. Aliás, não haveria mesmo como fazê-lo. Quer, ao contrário, diz esse auxiliar, exibir com clareza os números da crise. E, a partir deles, esclarecer as causas do sufoco geral e o que está sendo feito para superá-lo.

Importante, prossegue o assessor, é que a população acredite que o barco não está à deriva — como sugere o discurso oposicionista — e que há muita gente boa trabalhando para mantê-lo na rota, apesar das turbulências conjunturais. O raciocínio é simples: exibida a enfermidade do País e a terapia em curso, é possível entender o momento que se está vivendo e onde se pretende chegar. É este, pois, o conteúdo otimista da mensagem: o sufoco não está sendo gratuito. Há luz no fim do túnel, e não é uma locomotiva na contramão, como na anedota.

Não faltará — e, segundo se garante, não é uma retaliação às recentes críticas do ex-presidente Sarney — uma análise retrospectiva do País herdado por Collor. Lá, e não nos caprichos do atual Governo, estariam as raízes do presente sufoco. A recessão não seria, pois, uma opção, mas uma fatalidade, a exigir paciência e fé da população. As providências corretivas dependem de ações de política interna — que se traduzem basicamente nas reformas propostas ao Congresso — e outras de âmbito externo, fora do alcance do Governo. Mesmo assim, para torná-las mais factíveis, o Brasil precisa exibir aos olhos dos credores um plano consistente de solvência.

E, aí, se discorda do receituário do FMI, o que lhe resta é apresentar um plano alternativo sustentável. O Emendão propõe reformas que, na ótica do Governo, propiciam a abertura da economia aos investimentos externos e reduzem as despesas do Estado. Não é tudo, mas é alguma coisa. E tem o beneplácito do FMI. O ministro Marcílio está confiante em que o acordo com o Fundo será selado e que, a partir dele, o País normalizará suas relações com a comunidade financeira internacional. No balanço do ano, o Presidente contabiliza um importante ganho: o programa de privatização que, embora contestado em algumas frentes — mais por aspectos de forma que de essência —, começa a ser reconhecido até pelos adversários como vital para a regeneração da economia.